

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE
APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO IFAM/CAMPUS MANAUS/ZONA
LESTE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO.**

BOLSISTA: DANIELLY COUTO DE FREITAS

**MANAUS
2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL –
PIB-SA/0029/2012

**A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO IFAM/CAMPUS MANAUS/ZONA
LESTE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO.**

Bolsista: Danielly couto de Freitas - CNPq
Orientador: Prof.º Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão

MANAUS
2012

A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO IFAM/CAMPUS MANAUS/ZONA LESTE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a situação da mulher no Ensino Profissional Tecnológico no IFAM/Campus Manaus/Zona Leste, com o tema na educação tecnológica no IFAM/Campus Manaus/Zona Leste na perspectiva de gênero, pois percebemos que existem diferenciações marcantes entre homens e mulheres na escolha da profissão, principalmente em um momento histórico em que a Reforma do Ensino Médio e Profissional ocorre, implementando a lógica das competências nos processos de formação. Para a análise do conteúdo dos referidos documentos nos embasamos em Bardin (1987). Analisamos que, embora seja um curso abrangente das ciências agrárias, e este por sua vez centraliza uma expressiva atuação masculina, Inferimos que houve um aumento no contingente de discentes mulheres, Já em nossas análises referente aos docentes, notamos um significativo contraste, percebemos que ainda há um expressivo numero de homens no corpo docente. Porém com o aumento considerável de discentes mulheres no curso, esperamos o crescimento de docentes mulheres na área do ensino Superior de Tecnologia.

Palavras-chave: Mulher, Ensino Profissional, Mão-de-obra feminina.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA.....	7
3. PROBLEMATIZAÇÃO	8
4. OBJETIVO DO ESTUDO	8
4.1. Objetivo Geral	8
4.2. Objetivos Específicos.....	8
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
5.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	9
5.2 REFORMA DO ENSINO MÉDIO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	11
5.3. NOVA LDB 9394/96 PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	13
5.4. DECRETO 2.208/97	16
5.5. DECRETO 5.154/04	16
5.6. ESCOLARIZAÇÃO FEMININA.....	18
5.7. Mão-de-obra Feminina.....	19
6. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	20
7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	21
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

Realizamos um estudo sobre o Ensino Tecnológico no IFAM ((Instituto Federal do Amazonas) – Campus Manaus/Zona Leste na perspectiva do Gênero. Para estudar a situação da mulher neste nível de ensino partimos da compreensão que o capital é uma relação de gênero e de classe, pois conforme afirma Aguiar (2004, p.10) “existe uma indissociabilidade entre a reprodução do capital e a reprodução dos seres humanos”.

Segundo Bulport et al (1986), a expansão da relação social de produção vai integrar de forma globalizada a divisão sexual às novas formas de internacionalização do trabalho. Assim, vários autores (Bulport et al, 1986; Mourão, 2006) afirmam que para compreender o trabalho feminino os estudos devem perpassar pela interdependência de elementos econômicos, sociais, culturais.

Os processos de formação humana no mundo do trabalho precarizado têm absorvido com muita intensidade a mão-de-obra feminina em todos os setores. Para Nogueira (2008) o processo de feminização tem promovido por um lado a igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas por outro lado tem acarretado maior exploração feminina, visto que nos processos de reprodução da vida humana a mulher ainda responde pela responsabilidade de cuidar da família, trabalhando, muitas vezes em três turnos.

O avanço da mulher no mercado de trabalho e na busca por melhor qualificação é inegável, mas, apesar disto, ainda existem diferenciações das profissões (MOURÃO, 1997), sendo necessário estudar o ensino tecnológico e a inserção da mulher neste nível de ensino, para apreender o processo de construção da Educação Profissional no Estado do Amazonas.

Saffioti (1976) faz uma retrospectiva histórica da escolarização feminina e mostra que é somente na década de 1930 que a mulher tem acesso ao ensino superior, e que tem sido mantida fora da esfera da Ciência e Tecnologia. A superação deste confinamento é para Mourão (1997, p.81) um desafio, mas que os movimentos feministas organizados têm conseguido objetivar esta luta.

Em 1996 a REDOR (Rede Norte e Nordeste de Relações de Gênero) organizou uma pesquisa para mostrar a situação da mulher no Ensino Superior nas regiões Norte e Nordeste. A pesquisa demonstrou que existem cursos que são quase que exclusivamente femininos como é o caso da Pedagogia, do Serviço Social e da Biblioteconomia, existindo outros que as mulheres não têm quase

acesso, que são os da área tecnológica, evidenciando a tendência histórica da discriminação feminina nos processos de formação (MOURÃO, 1997).

Tourraine (2007) trabalhando a categoria gênero a questiona, pois, segundo ele, a mulher adentra por todas as esferas sociais e o gênero dilui esta realidade. Pereira e Fidalgo (2007) mostram que existe uma diferenciação da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, embora as oportunidades tenham se ampliado, os autores também demonstram que há uma maior exigência de qualificação para as mulheres.

Essa pesquisa procurou entender como a tendência de maior qualificação feminina se apresenta no ensino tecnológico do IFAM Campus Manaus/Zona Leste, verificando se ainda existem diferenciações marcantes entre homens e mulheres na escolha da profissão, principalmente em um momento histórico em que a Reforma do Ensino Médio e Profissional ocorre, implementando a lógica das competências nos processos de formação.

2. JUSTIFICATIVA

O projeto de Pesquisa intitulado “Reconstrução dos caminhos da Educação Profissional no Amazonas: refletindo sobre as categorias de análise” evidenciou que uma das categorias de análise importante para compreender a trajetória do Ensino Profissional no Estado do Amazonas é a de gênero.

A proposta de formação da rede federal de ensino se calca na compreensão que a formação profissional é importante para o desenvolvimento regional para isso é fundamental implementar processos de formação que respondam a essa exigência.

A pesquisa nesta perspectiva foi relevante, pois discutiu o Ensino Tecnológico no IFAM – CAMPUS MANAUS/ZONA LESTE na perspectiva do Gênero, analisando a Reforma do Ensino Médio e Profissional e como a mulher se integra neste processo. O Gênero como categoria de análise possibilita entender os processos de formação profissional na Amazônia.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

Nossa pesquisa procurou entender como a tendência de maior qualificação feminina se apresenta no ensino tecnológico do IFAM Campus Manaus/Zona Leste, buscando apreender se ainda existem diferenciações marcantes entre homens e mulheres na escolha da profissão, principalmente em um momento histórico¹ em que a Reforma do Ensino Médio e Profissional ocorre, implementando a lógica das competências nos processos de formação². Para investigar o Ensino Tecnológico na perspectiva do gênero formulamos as seguintes questões norteadoras:

- Qual a situação da mulher no Ensino Tecnológico no IFAM/Campus Manaus/Zona Leste?
- Como o Ensino Tecnológico está organizado no IFAM/Campus Manaus/Zona Leste?
- Qual o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do IFAM/Campus Manaus/Zona Leste?

4. OBJETIVO DO ESTUDO

4.1. Objetivo Geral

Analisar a situação da mulher no Ensino Profissional Tecnológico no IFAM/Campus Manaus/Zona Leste.

4.2. Objetivos Específicos

- Verificar como Ensino Tecnológico está organizado no IFAM/Campus Manaus/Zona Leste;
- Traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do IFAM/Campus Manaus/ Zona Leste – dos discentes, dos docentes e dos técnico-administrativos.

¹Analisaremos as décadas de 1990 e 2000, pois foi neste período que foi promulgada a LDB, os Decretos 2.208/1997 e o Decreto 5.154/2004 que normatizam a nova organização do Ensino Profissional no Brasil.

²Lê Mourão (2006)

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Com base no Ministério da educação (ME, 1997) a educação profissional no Brasil já adquiriu distintos papéis no decorrer da história educacional brasileira, até chegar o que é atualmente.

A educação profissional esteve ligada ao 2º grau do ensino médio, quando então passou a ter identidade própria, sendo que sua principal característica é a capacidade de integrar-se às distintas formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com vistas a conduzir o educando ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (LDBEN, 1996, art. 39).

No Brasil, há uma diversidade física, sociocultural e econômica e, por isso, para o MEC, o modelo educacional adotado para a profissionalização tem que ser flexível, e os novos currículos devem estar voltados para atender ao mercado nacional, bem como às características das diversas regiões, além de se adaptarem às exigências dos setores produtivos.

Tendo assim, a educação profissional a finalidade de criar cursos que garantam perspectivas de trabalho para os jovens e facilitem seu ingresso no mercado, atendendo, além disso, os profissionais que já se fazem presentes no mercado, mas sentem falta de uma melhor qualificação para o preenchimento de suas atividades, e, ainda, ser uma ferramenta eficaz e dinâmica na reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Deste modo, a formação profissional não se encerra na conquista de um certificado ou diploma, precisa ser uma formação continuada. A nova política estabelece a educação continuada, permanente, como uma forma de atualizar, especializar e aperfeiçoar jovens e adultos em seus conhecimentos tecnológicos.

De acordo com o Brasil (1999) o ingresso à educação profissional é possível através da matrícula ou egresso do ensino fundamental, médio e superior. A legislação em vigor no Brasil considera a educação profissional em três níveis:

1. Básico: modalidade de educação não-formal e de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador, independentemente da escolaridade prévia, conhecimentos que lhe permitam a qualificação, requalificação e atualização para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a

complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno.

2. Técnico: destinado a jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica de 11 anos.

3. Tecnológico: destinado à formação superior, tanto de graduação como de pós-graduação, de jovens e adultos.

A legislação brasileira para a educação profissional situa que os cursos de nível básico, acessíveis a qualquer pessoa interessada, independentemente de escolaridade, tendo duração variável propondo qualificar, profissionalizar trabalhadores, não estando sujeitos à regulamentação curricular.

Isso significa que os cursos técnicos têm currículo próprio, tendo o objetivo capacitar alunos que estão cursando ou já concluíram o ensino médio; os cursos tecnológicos são cursos de nível superior. Tanto os cursos técnicos quanto os tecnológicos estão estruturados para atender aos diversos setores do mercado formal de trabalho.

Segundo Brasil (1999), uma pesquisa realizada informou que a quantidade de mulheres matriculadas na educação profissional é menor do que a de homens, o oposto do que foi identificado no Censo da Educação Básica e do Ensino Superior. Em vista que, na soma do ensino fundamental, médio e superior às mulheres representam 50,3% do total de alunos, na educação profissional elas representam 39,3%, totalizando 1,1 milhão de mulheres em cursos direcionados ao mercado de trabalho.

A pesquisa mostra que, dentre todos os níveis e setores, as mulheres são maioria apenas no setor de serviços do nível técnico, onde elas representam 52,5% do total das matrículas. Tal diferença é devida, à maior concentração de alunas nos cursos de Administração, Contabilidade e Saúde. Nos níveis básico e tecnológico, a matrícula era maior em cursos voltados para atividades tradicionalmente exercidas pelos homens, a presença das mulheres não passava de 36%.

Contudo, segundo os números do Censo, as mulheres estão apenas em algumas áreas do setor de serviços. Na Saúde elas representam 72,7% da matrícula e no Turismo e Hospitalidade, 62,5%. Observa-se que nessas duas áreas, as mulheres estão em maioria nos três níveis da educação profissional.

5.2 REFORMA DO ENSINO MÉDIO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Com base em Andrade (2000, p.01) a principal característica na Reforma do Ensino Médio promovida pelo MEC a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República e de Paulo Renato Souza no Ministério da Educação é a dicotomia entre ensino médio e profissional. Essa mostrar-se não só como inevitável, mas também como inquestionável em suas diretrizes e procedimentos.

Com isso, a reforma acontece em decorrência de um processo de transformação estrutural que atravessa todo o mundo trabalho. Realizar a reforma, nas formas em que ela se apresenta, não é, portanto, uma questão de escolha, senão uma necessidade e imposição implementada pelos organismos internacionais. Divergir da reforma é negar a realidade objetiva e inelutável dos fatos, segundo o MEC. Ela nos é exposta como resposta às novas exigências, em termos da formação humana de globalização.

Os teóricos do governo procuram explicar o desemprego crescente nas cidades pela baixa capacitação da mão-de-obra. Autores como Mourão (2006) discute o desemprego estrutural como uma característica inerente ao sistema capitalista, sendo consequência de um processo de mudança estrutural que atravessa o mundo.

O aumento do investimento inteiramente produtivo não se fez acompanhar por um acréscimo proporcional do número de empregos, principalmente no setor industrial, devido a utilização cada vez maior de tecnologia. Como a tecnologia avança rapidamente a força de trabalho não se encontra adequada às exigências de qualificação impostas pelas novas formas de produção e, muitas vezes, a própria empresa qualifica seus trabalhadores para conhecerem e manipularem os processos tecnológicos empreendidos.

Com base no tal exposto houve a necessidade de realizar uma mudança no sistema educacional brasileiro, em especial o nível médio de ensino, sendo este o melhor caminho, segundo os teóricos do governo, para diminuir a situação de exclusão socioeconômica no qual está uma boa parte da população brasileira. Sendo assim, a educação básica e o elemento fundamental a ser fortalecido. Nos dizeres do poder federal:

A melhoria da qualidade da educação profissional pressupõe uma educação básica de qualidade e constitui condição indispensável para o êxito num mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento (BRASIL, CNE/CEB, 1999a, p. 16).

Conforme o MEC, o apoio da educação para um futuro ingresso no mercado de trabalho não está mais reservada à educação profissionalizante. Na sua concepção, não faz mais sentido a manutenção de uma dualidade entre a educação profissionalizante e a educação acadêmica.

Ainda que a educação profissional tenha como objetivo uma formação específica, a educação de cunho acadêmico deve garantir conhecimentos básicos que gerem a obtenção de habilidades fundamentais para uma futura profissionalização. Por conseguinte, o ensino de nível médio é uma base fundamental a ser complementado pela educação profissional, sendo esta de nível pós-médio ou superior.

O MEC (1999) depara-se com uma proposta conflitante na reforma do ensino médio e profissionalizante, justamente no papel que ele designa a cada uma destas modalidades de ensino. Enquanto para o ensino médio o MEC aplica um papel fundamental no desenvolvimento de competências ao exercício da cidadania e o ingresso no mercado de trabalho, considerado por ele o ensino profissional somente como espaço preparatório para o mercado de trabalho.

Ao determinar a educação profissional como complementar, o MEC certifica apenas para o ensino médio o potencial de aglutinar os conhecimentos que historicamente os trabalhadores vêm perseguindo.

Contudo, o MEC assegura o fim da divisão entre estas duas modalidades de ensino. Tornando assim, esta dualidade cada vez mais evidente, por terem se tornados ramos distintos do sistema educacional, deixam de manter alguma articulação.

De acordo com o governo dualidade entre o ensino acadêmico e o profissionalizante chegou ao fim. No entanto, em uma análise aprofundada da realidade educacional leva-nos a crer que, só os setores economicamente em vantagem, desfrutam dos “progressos” causados pela reforma no ensino médio.

Há a existência de duas redes de ensino, direcionadas para setores diferentes da sociedade. A primeira, voltada preferencialmente para a garantia da formação básica indispensável ao ingresso no ensino superior e outra, fragmentada

e esvaziada de conteúdos que são de suma importância para a concretização de uma consciência mais crítica da realidade.

Para Andrade (2000), o ensino técnico pós-médio é representado também por um mecanismo que evacua a procura dos setores populares pelo ensino superior. A força desempenhada pela admissão de novos contingentes populacionais no nível médio, fez com que governo canalizasse esforços procurando minimizar a sua procura, buscando assegurar que a educação profissional de nível técnico atribuísse a terminalidade dos estudos para os setores populares. Em decorrência dos alunos das escolas públicas de ensino médio serem predominantemente do curso noturno e estes por sua vez, matriculados neste horário e eles serem em sua grande maioria trabalhadores. Fica claro que, dificilmente ocorrerá a possibilidade física e material para junção de novas formações no seu currículo.

A implementação da reforma no sistema de educação profissional, não só sustenta a dualidade histórica no sistema educacional, mas também, torna mais afastado para os setores populares a realização de um modelo educacional articulando teoria e prática, objetivando formar o homem na sua dimensão omnilateral. As camadas populares por uma necessidade de sobrevivência serão obrigados a realizar cursos de cunho profissional que os capacite, de alguma forma, a competirem no mercado de trabalho.

Contudo, a problemática do ensino médio intensificasse, uma vez que para os setores populares sua concretização pode se alocar como um objetivo secundário em relação à educação profissional. Ou seja, a educação brasileira retoma a dualidade entre educação para dirigentes e a educação para o fazer. Do mesmo modo, destacamos que esta dualidade se aguça na medida em que os cursos de educação profissional em nível secundário não habilitem os estudantes a continuarem os estudos em nível superior. Por isso a emergência de um novo decreto, já no Governo Lula.

5.3. NOVA LDB 9394/96 PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Com base em Neri (2004, p.23) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que está em vigor no Brasil, começou a ser discutida no congresso em 1988, logo após a aprovação da constituição Federal, sendo a LDB promulgada pelo Congresso Nacional e Sancionada pelo Presidente da Republica em 20 de dezembro de 1996, e publicada no Diário Oficial em 23 de dezembro de 1996 sob o número 9.394/96, normatizando o ensino desde a educação infantil até o ensino superior.

Segundo Ministério da Educação (ME) (2007, p.07) existem duas concepções de educação profissional, a primeira, aportada nos princípios do Decreto nº. 2.208/97, que na sua particularidade separava a educação profissional da educação básica, e a segunda declarava para o debate os princípios da educação tecnológica/politecnia. O documento do MEC já apresentava a perspectiva de integração das políticas para o ensino médio e para a educação profissional, tendo como finalidade o aumento da escolarização e o progresso da formação do jovem e adulto trabalhador.

Isso significa que a política de ensino médio foi norteada pela construção de um projeto que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que mude o foco das finalidades do mercado de trabalho, contendo dimensões indissociáveis ao trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.

Com base no ME (2007, p.07) houve uma mudança na legislação, devido uma exigência dos educadores progressistas desde a origem do Decreto nº. 2.208/97 estando claro do mesmo modo visões distintas sobre a semelhança entre a educação básica e a profissional.

Deste modo, a apresentação desse decreto argumenta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 39 anuncia que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, administra ao constante desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Observamos, por conseguinte, que a conexão da educação profissional com o processo produtivo, com a produção de conhecimentos e com a ampliação da educação científico-tecnológico é um princípio a ser seguido. O artigo 40 institui que a educação profissional deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes táticas de educação continuada.

O ME (2007, p.09) explica que a educação profissional e os níveis da educação nacional no ensino médio, sendo ele a etapa final da educação básica, essa conjuntura adquirem uma especificidade quando o artigo 36, parágrafo 2o, anuncia que “o ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. Nesse caso, a articulação pode chegar ao máximo, promovendo uma verdadeira “integração”, através da educação profissional e ensino regular que se complementam.

Percebemos que a Lei certifica que os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos (art. 36, § 3º). A

preparação do estudante para o exercício de profissões técnicas realizada no ensino médio qualifica uma capacitação técnica que, segundo o parágrafo 4o do art. 36, poderá ser realizada nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (ME ,2007, p.09).

Conforme ME (2007, p.10) mais importante do que a regulamentação formal, era indispensavelmente uma política que induz a implantação do ensino médio integrado à educação profissional. Assim sendo, se almejava fazer desse decreto uma ferramenta transitória de regulamentação, para que a ampliação e o aprofundamento da análise do decreto permitissem uma regulamentação democrática e coletivamente construída.

Isso significa que ao se revogar o Decreto nº. 2.208/97, não seria possível esperar a regulamentação decisiva sem que as bases organizacionais da educação profissional em articulação com o ensino regular fossem constituídas. Sendo assim, a necessidade de um decreto que, além de revogar o anterior, regulamentaria temporariamente os artigos da LDB que dispõem sobre o ensino médio e a educação profissional.

Isso expressa à responsabilidade do Ministério da Educação com sua obrigação de “coordenação da política nacional de educação, proferindo os diferentes níveis, sistemas, desempenhando papel normativo, redistributivo e supletivo em relação aos demais interesses educacionais (LDB, art. 8º. § 1º.)”. Ultimamente, o projeto de emenda à LDB, em tramitação no Congresso Nacional, propõe congrega ao texto maior da educação o princípio da integração.

Foi possível perceber que a finalidade é de que a sociedade civil se empenhe com essa política, ponderando a necessidade de adaptar à formação da classe trabalhadora brasileira no sentido de sua autonomia e emancipação.

Diante disso, a LDB 9394/96 está a serviço da reforma do Estado e possui o objetivo de adequar o ensino brasileiro às transformações no mundo do trabalho, provocadas pela globalização econômica, as novas tecnologias e técnicas de gerenciamento de produção (NERI, 2004, p.23).

Contudo, a referida lei organiza a Educação em dois níveis, quais sejam: Educação Básica e Educação Superior. A educação básica refere-se à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (LDB, 1996, art. 21) O Ensino Profissional foi desvinculado da Educação Básica sendo organizado por normas complementares e apresentava-se em três níveis – básico técnico e tecnológico. As

discussões sobre o Ensino Profissional resultaram em modificações na LDB, por isso a importância de discutir os decretos 2.208/97 e o 5.154/04.

5.4. DECRETO 2.208/97

Segundo Silva (2007, p.7) no ano de 1997, o Decreto nº 2.208/97 regulamentava a educação profissional e a separava do ensino médio, com a Criação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Foi imposto o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 ao 42 da Lei nº 9.394/96 na cartilha da política neoliberal utilizada pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (BRASIL, 1997).

Segundo o Decreto (BRASIL, 1997) a não obrigatoriedade de vinculação entre o ensino técnico ao médio foi efetivada no artigo 5º, onde diz: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este”.

Diante disso, a desarticulação entre a educação profissional de nível técnico e o ensino médio trouxe importância à histórica dualidade existente na educação brasileira, ou seja, trata-se de um modelo educacional para a classe econômica e também para uma política dominante (BRASIL, 1997).

Essa política é preparada para o trabalho intelectual e outro para as classes menos favorecidas, tendo em vista à formação de mão de obra que sirva aos ideais da classe dominante (BRASIL, 1997).

Foi possível perceber que durante o Governo do Fernando Henrique Cardoso a educação não é mais tratada como um direito, mas como um serviço, dando ao cidadão a obrigação por dar continuidade a seus estudos, como consta no parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE (Parecer CEB nº 15/98) (BRASIL, 1997).

Isso significa que o Decreto nº 2.208/97 define o conceito de separação entre eles, não primando por uma educação que desse o apoio necessário para uma educação propedêutica (BRASIL, 1997).

5.5. DECRETO 5.154/04

Segundo Brasil (2004) no Art. 4º a “educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio”, onde se tem:

§ 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso,

[...]

III - subsequente,[sic] oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004).

Oliveira (2009, p.07) explica que quando o Decreto de Lei nº 2.208/97 foi revogado pelo Decreto de Lei nº 5.154/04 vem novamente a possibilidade de articulação e integração entre o ensino médio e o profissionalizante durante o governo Lula da Silva.

Sendo assim, o que se refere à Educação Profissional e está presente na LDB atualmente é:

CAPÍTULO III

Da Educação Profissional

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.)

O Decreto de 2004 implementou o ensino médio integrado, mas continuou permitindo outras formas de organização que mantêm a dicotomia entre ensino médio e profissional, o que traz problemas na implantação do ensino médio integrado.

Feita essa discussão sobre o ensino profissional é fundamental o aprofundamento da categoria gênero

5.6. ESCOLARIZAÇÃO FEMININA

Para os autores o gênero refere-se à organização social das relações de sexo e indica uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual" (CASTRO ET AL, 2004, p. 29).

Explicam que a sexualidade envolve a dimensão humana está relacionado aos seguintes itens: “Gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento, pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relações” (CASTRO et al, 2004, p. 29).

Diante disso, podemos dizer que o acesso à educação formal tem sido um item de luta das mulheres desde o surgimento da sociedade moderna, onde em 1837 ocorreu a fundação da “primeira escola superior para mulheres” nos Estados Unidos da América, entretanto o objetivo fundamental desta escola era de educar as esposas para os presbíteros e evangelizadores, isso quer dizer, formar esposas adequadas a uma função social masculina (NERI, 2007, p.09).

Para Neri (2007, p.09) essa visão sobre a “educação da mulher” estava simplesmente como um treinamento para o mundo privado, ou seja, “foi preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e cuidar do marido e filhos e não para desenvolver um trabalho assalariado”.

Percebemos que no século XX houve uma série de mudanças sócio-econômicas, por causa da urbanização e a industrialização, devido os avanços tecnológicos e difusão dos meios de comunicação, além da eclosão do movimento feminista (NERI, 2007, p.09).

Um exemplo claro está relacionado às mulheres européias e as mulheres brasileiras, pois quando as mulheres européias defendiam a cidadania com plenos direitos voltado ao: “trabalho, educação e voto”, as mulheres brasileiras na condição de “instrução” não chegava a representar uma preocupação social (SAFFIOTI, 1979).

Segundo Saffioti (1979) poucas eram as mulheres brasileiras que tinham acesso à “instrução” e à “educação”. Pois naquela época, segundo o princípio de “segregação sexual”, eram dirigidas de modo diferenciado à parcela masculina da população.

Somente em 1930 as mulheres brasileiras tiveram o direito de freqüentar o curso superior, pois com o “pós-feminismo” e as discussões relacionadas as

questões de gênero, firmou-se uma luta pela “igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de sua sexualidade” (SAFFIOTI, 1979, p.45).

Contudo percebemos que durante a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, de acordo com Saffioti (1979, p.45) em que a “mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã”. Foi por meio do movimento feminista que o mundo passou a conhecer a condição de “opressão e desigualdade”, para Neri (2007, p.10) as mulheres estavam submetidas a essa opressão e a essa desigualdade, e que a partir das denúncias foi possível uma atuação maior no espaço público, uma atuação política e social pela igualdade de direito, de educação e profissionalização.

5.7. Mão-de-obra Feminina

De acordo com Saffioti (1976, p.38) durante a fase de “implantação do capitalismo”, o enorme arsenal mecânico, destinado a eliminar o trabalho humano, absorve imensas quantidades de força de trabalho: “de homens, de mulheres e de crianças”.

Isso quer dizer que o processo de acumulação do capital, não apenas eliminou menos trabalho do que a máquina podia fazer, elimina muitas das vezes o trabalho do chefe da família não porque há a nova sociedade subvertida a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração (SAFFIOTI, 1976, p.38).

Diante disso, a inclusão em grande escala do contingente feminino de mão-de-obra foi adotada pela França e desencadeou inúmeras “reivindicações” por parte de trabalhadores do sexo masculino, que passaram a ser o principal alvo do desemprego.

Saffioti (1976, p.43) evidencia que os trabalhadores culpavam as mulheres pela situação de desemprego que estavam vivenciando e não percebiam que na verdade era o sistema capitalista o responsável pela geração de desemprego. Ou seja, “A mulher não figura, assim, como uma usurpadora do trabalho masculino, mas como uma vítima do modo de produção capitalista”. Segundo a referida autora:

O engajamento de certo número de mulheres em ocupações remuneradas e desempenhadas fora do lar constitui suficiente evidência da ampla aceitação de que supostamente goza o trabalho feminino e da liberdade que a

sociedade de classes deixa à mulher para, numa pretensa determinação pessoal e voluntária de sua existência, escolher uma carreira profissional ou o casamento ou ainda a conjunção de ambos (SAFFIOTI, 1976, p. 235).

Assim, a luta das mulheres vem construindo um caminho que leva a sua emancipação. Estas começam a estudar, a galgar postos de trabalho mais elevados, entretanto a discriminação profissional ainda é presente no século XXI.

6. METODOLOGIA DA PESQUISA

Na realização de um trabalho científico faz-se necessário o estabelecimento de um método que, segundo Alves (2003), é o procedimento que o pesquisador adota para alcançar seus objetivos, compreende também, a definição de como irá se proceder à coleta de dados.

Para desenvolver os objetivos propostos nesta pesquisa e com base na fundamentação teórica, apresentamos de forma detalhada o método e os procedimentos metodológicos que foram utilizados para alcançar a resposta para a problemática. Deste modo está pesquisa apresenta como base à metodologia explicada a seguir.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram:

1. Levantamento bibliográfico do Estado da Arte sobre Gênero e Ensino Profissional;
2. Compilamento de documentos que articulam a organização do Ensino Tecnológico no Campus Manaus/ IFAM/ Zona Leste;
3. Compilamento das fichas de matrículas dos discentes por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do Campus Manaus/ IFAM/ Zona Leste;
4. Compilamento das fichas cadastrais dos docentes por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do Campus Manaus/ IFAM/ Zona Leste;
5. Compilamento das fichas cadastrais dos técnico-administrativos por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do Campus Manaus/ IFAM/ Zona Leste.

Para a análise do conteúdo dos referidos documentos nos embasamos em Bardin (1987). A referida autora refere-se a três etapas para proceder ao tratamento de tais documentos. A primeira etapa é a pré-análise, na qual se dá a organização dos documentos, iniciando uma leitura que ela qualifica como flutuante,

estabelecendo quais são os materiais que serão trabalhados, e a partir da escolha de tais documentos hipóteses são levantadas.

Na segunda etapa ocorre a exploração mais detalhada do material, ocorrendo a codificação e a categorização do material compilado. Na terceira etapa é que estabelecemos os processos de interpretação e de inferência.

Elegemos o materialismo histórico como referência teórico-metodológica, visto que esse método permite apreender as contradições do processo, levando em consideração o contexto histórico e as condições materiais que impulsionaram as mudanças (FRIGOTTO, 1991). As categorias contradição, qualidade/quantidade, mediação e totalidade estão presentes na análise por entender que a Reconstrução dos caminhos da Educação Profissional no Amazonas perpassa pela apreensão das múltiplas relações existentes no processo.

7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Diante das informações coletadas e analisadas no IFAM/CAMPUS MANAUS/ZONA LESTE, há apenas um Curso Superior de Tecnologia. Implementado em 2010, o curso de Agroecologia que tem como finalidade atender estudantes da Região Amazônica, que buscam atuar como agentes de desenvolvimento rural sustentável.

Nos dizeres do Diretor de Ensino:

A criação do curso tecnólogo em Agroecologia faz parte de uma ação estratégica demandada pela sociedade, seja ela o desenvolvimento sustentável no espaço rural, urbano e periurbano (cinturões verdes) respeitando e reconhecendo as particularidades ambientais, sociais e culturas de cada região e suas fragilidades.

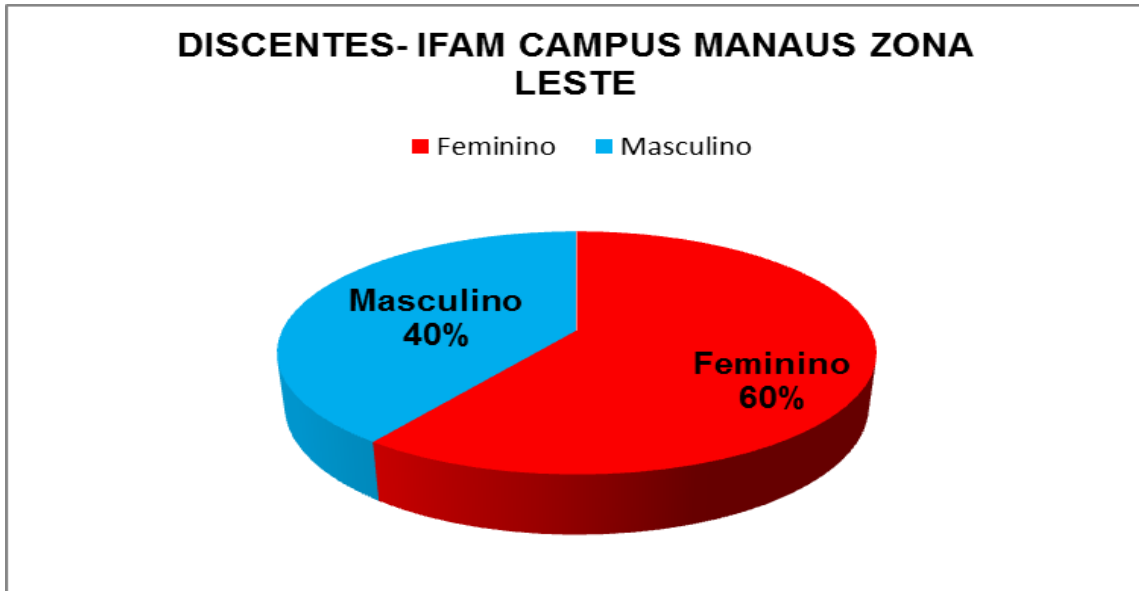
É um curso de modalidade presencial, tendo carga horária total de 3.360 horas, pertencente à área do conhecimento de Recursos Naturais, sua forma de ingresso no instituto é através de Processo Seletivo Público diferenciado/ vestibular classificatório, transferência e reingresso.

Contendo, uma distribuição de trinta e cinco vagas oferecidas anualmente, funcionando no turno integral, e sua matrícula feita em regime semestral, abrangendo o prazo mínimo para integralização do curso é de 6 semestres (3 anos) e o prazo máximo é o dobro do total de semestres do curso, ou seja, 12 semestres (6 anos), contemplando deste modo as disciplinas demonstradas na tabela 1 abaixo na sua matriz curricular (Diretor de Ensino).

Analizamos que, embora seja um curso abrangente das ciências agrárias, e este por sua vez centraliza uma expressiva atuação masculina, é possível perceber através das informações expressas no gráfico¹ que 60% dos discentes são mulheres, Inferimos então que houve um aumento no contingente de discentes

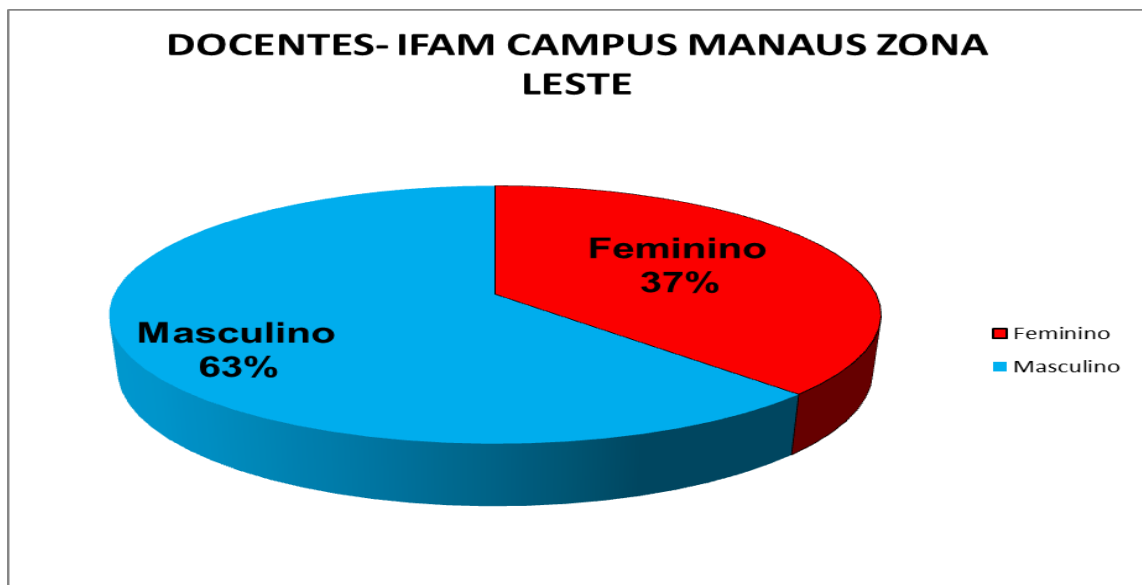
mulheres, tornando-se atualmente maioria no referente curso, e com isso comprovando o nítido avanço das mulheres em áreas do ensino tecnológico que até então eram dominadas apenas por homens.

Gráfico1- Distribuição da amostra segundo o sexo



Já em nossas análises a partir do gráfico 2 referente aos docentes, notamos um significativo contraste, percebemos que 63% dos docentes são homens. Diante do exposto, percebemos que ainda há um expressivo numero de homens no corpo docente. Porém com o aumento considerável de discentes mulheres no curso, esperamos o crescimento de docentes mulheres na área do ensino Superior de Tecnologia.

Gráfico 2 – Distribuição da amostra segundo o sexo



A disposição curricular está composta por diferentes conteúdos e disciplinas sendo estruturadas nas seguintes áreas: Ciências básicas, Ciências Humanas, Recursos Naturais, Manejo de agroecossistemas. Observamos que os semestres iniciais estão profundamente dirigidos para a compreensão de fundamentos e da iniciação dos discentes na realização de pesquisas tendo em vista que o estágio tem início no segundo período é oferecido e distribuído ao longo dos demais semestre, fazendo com que o aluno vivencie na prática os conteúdos trabalhados no decorrer do seu processo de aprendizagem.

Percebemos que o currículo está estruturado de forma que os conteúdos contemplem a realidade vivida no campo tais como desenvolvimento sustentável social e econômico dos sistemas produtivos, conservação da natureza, conservação da água e do solo, geração de renda e melhoria da qualidade de vida do agricultor e dos consumidores entre outros. O currículo proporciona uma formação absoluta, prova disto é a diversidade de disciplinas optativas que abrangem diferentes conteúdos permitindo que o discente alcance, no decorrer de sua formação, as competências e habilidades necessárias para composição de profissionais qualificados.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No modo de produção capitalista, a família deixa de ser um centro “econômico”, até então avaliado como tal, já que as responsabilidades reprodutivas e domésticas ficam agora bem definidas e separadas das funções diretamente produtivas. Essa separação sugere o aparecimento da autonomia econômica individual mais exacerbada para o homem e em muito menor escala para a mulher (NOGUEIRA, 2008). Deste modo, essas informações nos permitem dizer que o valor pago para a força de trabalho feminina é muito menor do que o pago para a masculina, sendo que o mundo do trabalho feminino é mais precarizado, acarretando assim, uma desigualdade acentuada entre os sexos.

Com base nos estudo de Nogueira (2004), conferimos que há algumas áreas do setor produtivo em que prevalecem a mão de obra feminina, tendo como predomínio em diversos setores, tais quais: setores de serviços (serviços domésticos), de escritório, saúde e comércio. Na indústria se destacam na confecção de vestuário, no setor têxtil na confecção de sapatos e acessórios.

Assim como nas áreas do setor econômico, há também nas áreas do conhecimento uma diferenciação entre homens e mulheres Sendo essa afirmação

comprovada através de pesquisa em cursos que tem uma expressiva participação masculina, tais como: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Engenharias, tecnologias. E outras que tem uma maior e quase exclusivamente participação feminina que são das áreas de humanas, biológicas, saúde entre outras.

Há razões históricas e culturais que esclarecem o menor comparecimento das mulheres em áreas tradicionalmente ocupadas por homens, essa concentração de mulheres em determinadas áreas não se dão por acaso, desde o século XIX, quando a tarefa de cuidar da casa, ensinar as crianças falar, ler e escrever foi atribuído às mulheres, essas áreas do conhecimento eram tidas como vocação feminina socialmente construída.

Diante disto, o que podemos perceber em nossas análises no IFAM/CAMPUS MANAUS/ZONA LESTE, é que há uma contradição em comparação a outras áreas. Havendo um maior e crescente número de discentes mulheres no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

Embora seja um curso abrangente das ciências agrárias, e este por sua vez centraliza uma expressiva atuação masculina, é inegavelmente o nítido avanço das mulheres nessa área, sendo também perceptível uma mudança na ideologia feminina, que até então estava apenas agregada as qualidades de docilidade e submissão, com isso criou assim uma cortina de fumaça que obscurecia a visão das mulheres para novas áreas do conhecimento.

Em nossas análises referentes aos docentes não obtivemos o mesmo resultado, ainda há um número expressivo de homens no corpo docente, porém podemos perceber que, a mudança da visão feminina referente ao curso foi recente, com isso, esperamos que o crescimento da inserção das discentes mulheres, conseqüentemente contribuirá para obtenção de um aumento na formação de docentes mulheres engajadas e certificadas a participar soberanamente e, não apenas, de uma forma subordinada na área do ensino Superior de Tecnologia.

Desta forma, a posicionamento das mulheres referente ao conhecimento científico, e os reflexos do passado sobre o presente, representam um passo aos que julgarem os avanços e a dificuldade deparada pelas mulheres em sua incessante procura por uma afirmação profissional em terrenos tradicionalmente manipulados e ocupados por homens.

Sabemos que as dificuldades não são superadas de uma hora para outra e nem do dia para a noite, tendo em vista que são marcos culturais e históricos que constituíram nas mulheres ressalvas no universo de escolhas profissionais. Todavia,

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Renata. ***A mulher no mercado de trabalho: um estudo do setor bancário na Zona Franca de Manaus***. UFAM. Relatório PIBIC 2004,
- ALVES, Magda. ***Como escrever teses e monografias***. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 110p.
- ANDRADE, Flávio Anício. ***(CON)FORMAÇÃO PARA UM TRABALHO COMPETENTE: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL(1998-2002)***. UNESA,2000.
- BARDIN, Laurence. ***Análise de conteúdo***. Lisboa: Fontes, 2001.
- BRASIL, MEC. ***Proposta de regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional***. Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL, Secretária de educação profissional e tecnológica. ***Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio***
- BRASIL. ***Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997***. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.
- BRASIL. ***Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004***. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 de dezembro de 2011.
- BULPORT, Andrée Kartchvsky, et al. ***O sexo do trabalho***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CASTRO, Maria Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. SILVA, Lorena Bernadete. ***Emile. Juventudes e sexualidades***. Brasília UNESCO, 2004, 2º edição.
- FRIGOTO, G.O ***Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional***. In: FAZENDA, Ivani (org). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.
- ME, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ***Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio***. Secretária de educação profissional e tecnológica,Brasília,2007.
- MOURÃO, Arminda R. B. ***A fábrica como espaço educativo***. São Paulo: Scorteci, 2006.
- _____. ***Radiografia da Situação da Mulher na Universidade do Amazonas***. In: PASSOS, Elizete S. Um mundo dividido: o gênero nas universidades do Norte e Nordeste. Salvador: UFBA, 1997.
- NERI, Dionor do Socorro Vital. ***Serviço Social e Educação: a evasão dos cursos técnicos profissionalizantes concomitantes ao ensino médio, no Centro***

Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET-AM. UFAM: Manaus, 2004.

NOGUEIRA, Claudia M. **Notas sobre a mulher e sua luta pela “Igualdade Substancial”**. In: LUCENA, Carlos (org). Trabalho, Precarização e Formação Humana. Campinas; São Paulo: Alinea.

OLIVEIRA, Ramon. **Ensino médio e educação profissional – reformas excludentes.** UFPE: PERNAMBUCO, 2004.

OLIVEIRA. E. **Da Lei 5.692/71 ao Decreto 5.154/04 – a trajetória da educação profissional do Brasil.** Revista de Interação e Debate Acadêmico. Ano 1, n. 03, p. 01-08, Setembro 2009.

PEREIRA, Jacqueline; FIDALGO, Fernando. **A gestão do trabalho e o desenvolvimento de competências segundo o sexo.** In:FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; FIDALGO, Nara (orgs). Educação profissional e a lógica das competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher nas sociedades de classes.** Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

SILVA, Iraneide Soares da. **Caminhando na história da educação tecnológica do Brasil em busca participação feminina e negra.** Centro Universitário de Brasília – UniCEUB/ DF, 2007.

ANEXOS

	CAMPUS MANAUS - ZONA LESTE SEÇÃO DE REGISTROS ESCOLARES Listagem de Alunos
---	---

Filtros Utilizados para Gerar este Relatório:

Estrutura de Curso: Superior p/Nota
Instituição: CAMPUS MANAUS ZONA LESTE
Turma: 20112.TNAGRO11
Ano letivo: 2011
Período letivo: 2
Critério de agrupamento: Instituição

Instituição: 4 - CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

#	Matrícula	Aluno
1	2011216860330	ADRIA MANUELLY PIRES ARCOS
2	2011216860284	ALEXANDRE VICTOR SILVA RIBEIRO
3	2011216860373	ANTONIO CARLOS DA ROCHA MENDES
4	2011216860381	ARGEL GONCALVES REPOLHO
5	2011216860217	CAIO CÉSAR DE SOUZA CUNHA
6	2011216860357	CLEIDIMAR SILVA SOUZA
7	2011216860160	DAYANE AMAZONAS DE BRITO
8	2011216860268	FRANCIA HELENA OLIVEIRA ROMERO
9	2011216860250	GILSON SANTOS FERREIRA
10	2011216860209	GLORINHA CORRÊA NETA
11	2011216860128	HELLEN GADELHA DE ANDRADE
12	2011216860276	KEITIANE DE SOUZA FREITAS
13	2011216860179	LADY ANNE FRANÇA DOS SANTOS
14	2011216860306	LUCIANA GAMA CORREIA
15	2011216860187	MARIO JORGE SANTIAGO DA CRUZ FILHO
16	2011216860314	MAXWELL RIBEIRO DE SOUZA
17	2011216860225	PALOMA MAIA DIAS
18	2011216860144	PATRÍCIA MARIA BATISTA DOS SANTOS
19	2011216860365	RAINIELLY BARBOSA SOARES
20	2011216860390	RENAN DIÉGO CARNEIRO DO AMARAL
21	2011216860349	RENATA ELCY FARIAS GERALDO
22	2011216860195	RENATO MORENO DE ARAÚJO
23	2011216860110	SILVIO CESAR SIMOES SAMPAIO
24	2011216860152	TANIA NUBIA SANTANA DE OLIVEIRA
25	2011216860233	THAIELLE SILVA GARRIDO
26	2011216860292	VALDIMARA DA SILVA DE SOUZA
27	2011216860420	VANESSA SUSAN DA SILVA PINHEIRO
28	2011216860136	WANDERLEY SOUZA SAMPAIO
29	2011216860241	YURI KIOTO DA SILVA FERREIRA


 Alex Lelis da Costa
 Chefe da Seção de Registros Escolares - SRE
 Portaria Nº 56 de 23/03/11

Figura 1 - Quadro contendo a listagem dos alunos do Segundo período.

Fonte: IFAM- MANAUS CAMPUS/ ZONA LESTE, 2011.



INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS
Campus Manaus-Zona Leste

IFAM CAMPUS MANAUS ZONA LESTE
SRE - SEÇÃO DE REGISTROS ESCOLARES
LISTAGEM DE ALUNOS - TECNÓLOGO EM AGROECOLOGIA (3º PERÍODO)

#	Matricula	Nome
1	2010216860111	ANA MARLI VASCONCELOS CARDOSO
2	2010216860120	ANDERSON COLARES SOARES
3	2010216860286	ANDREA BALBINO ALVES PEREIRA
4	2010216860294	DULCILEINY NAZARETT LOPES DE OLIVEIRA
5	2010216860162	EDIGELSON BRAZ CHAVES
6	2010216860022	EDILA CARVALHO DA SILVA
7	2010216860332	EDINEI SANTOS DA SILVA
8	2010216860367	ELIESIO MELO DE VASCONCELOS
9	2010216860251	ELLEN CRISTINE ALVES SARAIVA
10	2010216860316	FRANCISCA LUCIANA PERES DE CASTRO
11	2010216860359	FRANCISCO DE MATOS DANTAS
12	2010216860243	GORETTI SOCORRO DE LIMA TRINDADE
13	2010216860278	IDELJANE DOS SANTOS VIEIRA
14	2010216860324	JUZIELE DE SOUZA BARBOSA
15	2010216860030	LUCIANA DOS SANTOS FONTES
16	2010216860065	MARIA DO CARMO DOS SANTOS
17	2010216860200	MARIANE SOUSA CHAVES
18	2010216860219	PEDRO MARQUES DE SOUZA JUNIOR
19	2011216860438	PHILIP AUZIER LIMA E SILVA
20	2010216860227	RAFAEL BARBOSA LIMA VASCONCELOS
21	2010216860235	RAFAEL COSTA LADISLAU
22	2010216860308	RAYSSA MOTA CARVALHO
23	2011216860411	ROSEANE CLAUDINO CAMPOS
24	2010216860375	SEMELE ARICIA ALMEIDA BOMFIM
25	2010216860057	SUSIANE BRAGA KENESSE
26	2010216860073	THIAGO BASTOS SAMPAIO


Alex Lelis da Costa
Chefe da Seção de Registros Escolares - SRE
Portaria Nº 56 de 23/03/11

Figura 2 - Quadro contendo a listagem dos alunos do terceiro período.

Fonte: IFAM- MANAUS CAMPUS/ ZONA LESTE, 2011.



IFAM CAMPUS MANAUS ZONA LESTE
SRE - Seção de Registros Escolares
CMZL - TECNÓLOGO EM AGROECOLOGIA (TURMA 01)/(2010/2)/(3º Período)
Docentes responsáveis por disciplinas de 1º ao 3º Período

Período	Disciplina	Docente(s) Responsável(eis)
1º 2010/2	Introdução ao Pensamento Agroecológico Fundamentos de Ecologia Fundamentos de Zoologia Fundamentos de Matemática e Estatística Filosofia, Ciência e Ética Seminário	Aldenir de Carvalho Caetano Valdely Ferreira Kinupp Sandro Lóris Aquino Pereira Flávio Augusto Leão da Fonseca Dênis da Silva Pereira Maria Francisca Morais de Lima
2º 2011/1	Introdução à Informática Orientação de Estágio 1 Fundamentos de Economia Rural Fundamentos de Física Aplicados à Agroecologia Etnobotânica Fundamentos de Sociologia Metodologia Científica e Elaboração de Projetos Fundamentos de Química Aplicados à Agroecologia Processos Físicos e Geoquímicos do Solo	Ricardo dos Santos Câmara Aldenir de Carvalho Caetano José Ofir Praia de Sousa/Simão Correa da Silva Paulo Cesar Puga Barbosa Valdely Ferreira Kinupp Alvair Carolino da Silva Antonio Ribeiro da Costa Neto Eliana Pereira Elias Carlos Alberto Aquino Negreiros
3º 2011/2	Entomologia Aplicada à Agroecologia Orientação de Estágio 2 Processos Socioculturais na Amazônia Fundamentos da Microbiologia Ecologia Amazônica Fisiologia Vegetal Nutrição Vegetal e Manejo da Fertilidade do Solo Sociologia Agrária e Extensão Rural Avaliação Sistêmica de Paisagem	Adriana Dantas Gonzaga Melissa Michelotti Veras Josibel Rodrigues e Silva Eliana Pereira Elias Simone Benedet Fontoura Maria Clélia Aragão Barreto Jaime Cavalcante Alves Alvair Carolino da Silva Marilene Alves/Carlos Alberto Aquino Negreiros


 Alex Lelis da Costa
 Chefe da Seção de Registros Escolares - SRE
 Portaria Nº 56 de 23/03/11
 03/11/2011

Figura3 - Quadro contendo a listagem dos docentes.

Fonte: IFAM- MANAUS CAMPUS/ ZONA LESTE, 2011.

PROFESSOR	TITULAÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Aldenir de Carvalho Caetano	Mestre em Ciência Florestais	Licenciatura em Agropecuária	40h/DE
Alvatir Carolino da Silva	Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia	Ciências Sociais	40h/DE
Carlos Alberto Aquino Negreiros	Graduado	Geografia	40h/DE
Carlos Matheus Silva Paixão	Mestre em Ciências de Florestas Tropicais	Engenheiro Florestal	40h/DE
Consuelo Mercedes Peixoto Ramos	Especialista em Saúde: Saúde Pública	Ciências Biológicas	40h/DE
Denis da Silva Pereira	Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia	Filosofia	40h/DE
Eliane Mattos Piranda	Doutorado em Ciências Veterinária	Medicina Veterinária	40h/DE
Eliana Pereira Elias	Mestre em Química de Produtos Naturais	Química	40h/DE
Epitácio Cardoso Dutra de Alencar e Silva	Mestre em Biotecnologia e Recursos Naturais da Amazônia	Zootecnista	40h/DE
Flavio Augusto Leão da Fonseca	Mestre em Biologia de água doce e Pesca Interior	Licenciatura em Biologia	40h/DE
Henrique Rabelo Sobrinho	Especialista em Agricultura Tropical	Licenciatura em Ciências Agrícolas	40h/DE
Jaime Cavalcanti Alves	Mestre em Nutrição de Plantas	Licenciatura em Ciência Agrícolas	40h/DE
José Carlos de Almeida	Doutor em Biologia de água doce e Pesca Interior	Matemática e Engenharia da Pesca	40h/DE
José Ofir Praia de Souza	Mestre em Engenharia de Produção	Licenciatura em Ciências	40h/DE
Josibel Rodrigues da Silva	Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia	Letras – Língua Inglesa	40h/DE
Maria do Perpétuo Socorro Conceição da Silva	Especialista em Metodologia do Ensino Superior	Letras – Língua Portuguesa	40h/DE
Marilene Alves da Silva	Mestre em Geografia	Geografia	40h/DE
Melissa Michelotti Veras	Mestre em Agroecossistemas	Zootecnista	40h/DE
Oziel do Amaral Ribeiro	Especialista em Metodologia do Ensino Superior	Matemática e Ciências Econômicas	40h/DE
Paulo César Puga Barbosa	Especialista em Gestão de Instituições Públicas de Ensino Superior/	Física	40h/DE
Rinaldo			
Sandro Loris Aquino Pereira	Mestre em Engenharia de Pesca	Ciências Biológicas	40h/DE
Simão Correa da Silva	Mestre em Agronomia: Sistemas de produção	Agronomia	40h/DE
Valdely Ferreira Kinupp	Mestre em Botânica e Doutor em Horticultura/Olericultura	Ciências Biológicas	40h/DE

Figura4 - Quadro contendo a listagem dos docentes.

Fonte: IFAM- MANAUS CAMPUS/ ZONA LESTE, 2011

Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia			
DISCIPLINA	CÓDIGO	CH (H/A)	PRÉ-REQUISITO
1º semestre			
INTRODUÇÃO PENSAMENTO AGROECOLÓGICO	TAE101	60	
FUNDAMENTOS DE ECOLOGIA	TAE102	60	
FUNDAMENTOS DE ZOOLOGIA	TAE103	40	
FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	TAE104	40	
FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	TAE105	60	
FUNDAMENTOS DE FÍSICA APLICADOS A AGROECOLOGIA	TAE106	60	
FISLOSOFIA, CIÊNCIA E ÉTICA	TAE107	40	
SEMINÁRIO	TAE108	40	
Total 1º Semestre		400	
2º semestre			
ETNOBOTÂNICA	TAE201	60	
PROCESSOS SOCIOCULTURAIS NA AMAZÔNIA	TAE202	60	
FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA	TAE203	40	
METODOLOGIA CIENTÍFICA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS	TAE204	40	
FUNDAMENTOS DA QUÍMICA APLICADOS A AGROECOLOGIA	TAE205	40	
FUNDAMENTOS DE MICROBIOLOGIA	TAE206	40	
PROCESSOS FÍSICOS E GEOQUÍMICOS DO SOLO	TAE207	80	
ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO	TAE001	20	
TOTAL 2º SEMESTRE		400	
3º SEMESTRE			
ECOLOGIA AMAZÔNICA	TAE301	60	
FISIOLOGIA VEGETAL	TAE302	60	
NUTRIÇÃO VEGETAL E MANEJO DA FERTILIDADE DO SOLO	TAE303	100	
SOCIOLOGIA AGRÁRIA E EXTENSÃO RURAL	TAE304	40	
AVALIAÇÃO SISTÊMICA DE PAISAGEM	TAE305	60	
ECOFISIOLOGIA ANIMAL	TAE306	60	
ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO	TAE002	20	TAE001
TOTAL 3º SEMESTRE		400	
4º SEMESTRE			
CLIMA E AMBIENTE	TAE401	60	
PRINCÍPIOS DE BIOCONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURA	TAE402	80	
AGROECOSSITEMAS I – PRODUÇÃO VEGETAL	TAE403	80	
CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS E COMERCIALIZAÇÃO	TAE404	40	
PROPAGAÇÃO DE PLANTAS – SEMENTES E MUDAS	TAE405	60	
RECURSOS GENÉTICOS	TAE406	60	
ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO	TAE003	20	TAE002
TOTAL 4º SEMESTRE		400	
5º SEMESTRE			

AGROECOSSISTEMAS II – SAF's	TAE501	80	
HIDROGRAFIA E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	TAE502	80	
RECURSOS PESQUEIROS E ICTIOLOGIA	TAE503	40	
CRIAÇÃO ANIMAL ECOLÓGICA	TAE504	60	
MANEJO SANITÁRIO NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE ANIMAIS	TAE505	40	
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA	TAE506	40	
CONTABILIDADE E GESTÃO	TAE507	40	
ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO	TAE004	20	TAE003
TOTAL 5º SEMESTRE		400	
6º SEMESTRE			
GEOTECNOLOGIAS	TAE601	80	
GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	TAE602	80	
LEGISLAÇÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL	TAE603	40	
ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	TAE604	80	
ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO	TAE005	20	TAE004
ORIENTAÇÃO AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	TCC001	20	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	TCC002	100	TCC001
TOTAL 6º SEMESTRE		400	
OPTATIVAS			
LÍNGUAS E LINGUAGEM - PORTUGUÊS	OPT001	60	
INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA	OPT002	60	
LÍNGUAS E LINGUAGEM - ESPANHOL	OPT003	60	
LÍNGUAS E LINGUAGEM – INGLÊS	OPT004	60	
ORIGENS E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA	OPT005	60	
TAXONOMIA VEGETAL	OPT006	60	
BIOGEOGRAFIA	OPT007	60	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS	OPT007	60	
ENTOMOLOGIA APLICADA À AGROECOLOGIA	OPT008	60	
FARMÁCIA DA FLORESTA	OPT009	60	
MELIPONICULTURA	OPT010	60	
PROJETOS PERMACULTURAIS	OPT011	60	
RECURSOS PERSQUEIROS E ICTIOLOGIA	OPT012	60	
PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS	OPT013	60	
MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	OPT014	60	
INDUSTRIALIZAÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS	OPT015	60	
CIÊNCIA E ARTE	OPT016	60	
EXPEDIÇÃO AGROECOLÓGICA	OPT017	120	
MEIO AMBIENTE E TURISMO AGROECOLÓGICO	OPT018	60	
SEMINÁRIO DE PESQUISAS INTERDISCIPLINARES	OPT019	60	
TOTAL			
TÓPICOS ESPECIAIS			
TÓPICOS ESPECIAIS EM AGROECOLOGIA	TEA020		

Tabela 1 – Matriz Curricular

Fonte: IFAM- MANAUS CAMPUS/ ZONA LESTE, 2011.